

# REGIMES DE MIGRAÇÃO NO BRASIL E NA ALEMANHA: uma comparação sincrônica<sup>1</sup>

## MIGRATION REGIMES IN BRAZIL AND GERMANY: a synchronic comparison

Frederik Schulze<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo compara regimes de migração no Brasil por volta de 1900 com aqueles que vêm ocorrendo atualmente na Alemanha. O regime de migração é um conceito para descrever ideias e práticas de regular migrações, implementadas por atores estatais e não estatais. Ambos os casos apresentam certos padrões estruturais: além da oposição entre uma percepção positiva e negativa de imigração, o debate é dominado por tentativas de controlar a imigração e de reforçar a integração dos imigrantes. Categorias nacionais e o medo da sua dissolução são elementos básicos dos regimes.

**Palavras-chave:** Emigração. Etnicidade. Nacionalismo. Brasil. Alemanha.

**Abstract:** The article compares the migration regimes in Brazil around 1900 and in Germany in the present. Migration regime as a theoretical concept helps to describe ideas and practices by governmental and non-governmental actors that intend to regulate migration. Both case studies feature some structural patterns: Besides the tension between positive and negative perceptions of immigration, the debate is shaped by efforts to control immigration and to accelerate the integration of immigrants. National categories and the fear of their dissolution are crucial elements of the regimes.

**Keywords:** Emigration. Ethnicity. Nationalism. Brazil. Germany.

### 1 INTRODUÇÃO

No momento, migração é um dos principais temas no debate político da Europa e da Alemanha, dada a grande quantidade de refugiados da Síria, do Iraque, do Afeganistão e da Eritreia, assim como migrantes econômicos da África, que tentam chegar à Europa – e muitos já conseguiram. Em 2015 e 2016, quase 1,2 milhão de pessoas pediram asilo na Alemanha (BUNDESAMT..., 2017, p. 9).

Dentro desse contexto, a imigração turca, também, domina a discussão pública. Apenas para dar um exemplo: na Alemanha existem mesquitas para imigrantes turcos, os quais, muitas vezes, apresentam a nacionalidade turca ou a nacionalidade dupla. Algumas mes-

quitas são operadas pela DITIB, uma associação privada que mantém laços estreitos com o Estado turco. Os imames da DITIB, ou seja, os sacerdotes que dirigem as orações nas mesquitas, são enviados e pagos pela Turquia, representando, assim, a política do Estado turco. Desde a tentativa de golpe na Turquia, em 15 e 16 de julho de 2016, contra o presidente Erdogan, autoridades turcas estão atuando, com grande veemência, contra partidários do movimento religioso *Gülen*, que o governo acusa de ser responsável pelo golpe. Neste cenário, a DITIB criou listas de supostos partidários do *Gülen* que moram na Alemanha, e alguns imames passaram a vigiar a comunidade turca. Além disso, em fevereiro de 2017, comentários no Facebook de alguns mem-

<sup>1</sup> A primeira parte deste artigo baseia-se nas discussões trazidas por um artigo publicado em alemão no volume Jochen Oltmer (ed.). *Migrationsregime vor Ort und lokales Aushandeln von Migration*. Berlin: Springer, 2017.

<sup>2</sup> Freie Universität Berlin, Alemanha, Doutor em História, Professor de História da Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Alemanha, frederik.schulze@uni-muenster.de.

bros da DITIB foram publicados pela imprensa, e contêm falas que recusam a ordem democrática na Alemanha, e expressam desprezo pelo país (EUSTERHUS; BETZHOLZ, 2017). Por sua vez, políticos alemães de todo espectro político vêm criticando a atuação da DITIB como obstáculo para a integração dos turcos, e alguns Estados alemães (a Alemanha é uma República Federal) romperam sua cooperação com a DITIB, que é necessária, por exemplo, para organizar o ensino religioso nas escolas públicas. Também, sugeriu-se expulsar os imames, mas esse assunto ainda está em discussão.

Esta conjuntura tem certos paralelos com a história dos pastores protestantes alemães no Brasil, nos anos trinta do século XX, e aborda questões clássicas sobre a história imigratória: como os imigrantes devem se comportar no país de destino? Quem decide sobre isso e quem domina os discursos sobre a imigração na política e na opinião pública? Quais são os discursos sobre a imigração? Os discursos, ao longo do tempo, se repetem ou se modificam? De que forma a realidade cotidiana dos imigrantes se relaciona àqueles discursos – isto é, como reagem os imigrantes turcos à atuação da DITIB? Enfim, trata-se de dois grandes campos de pesquisa migratória, ou seja, a política e os discursos de migração, bem como o comportamento migratório, a etnicidade e a aculturação.

Tais assuntos, também, são alvo da historiografia migratória brasileira, e eu tentei, em meu livro recentemente publicado, combinar os dois campos de pesquisa (SCHULZE, 2016). Argumentei que a maneira de falar sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul, até 1942, apenas é compreensível num contexto global. Trata-se de discursos coloniais alemães que circulavam no século XIX e na primeira metade do século XX, refletindo a situação dos alemães no mundo. No contexto de colonialismo e imperialismo, estes discursos atribuíram aos emigrantes uma função política: os emigrantes, agora chamados ‘alemães no exterior’ (*Auslandsdeutsche*), deveriam preservar a sua ‘germanidade’, ou seja, as suas tradições, a sua língua e a sua cultura, sendo, desta maneira, política e economicamente úteis para o Império alemão. Partidários desses discursos foram associações, políticos colonialistas e autoridades eclesiásticas alemãs, que atuaram numa escala global e não somente no Brasil. Na segunda parte do meu livro, tentei mostrar o que aconteceu com os discursos no Rio Grande do Sul. Apesar de os discursos circularem globalmente, foram adaptados, modificados, desafiados e, muitas vezes, também,

limitados, seja pelo Estado Brasileiro que criticava a atuação alemã, seja pelas elites imigratórias que inventaram uma nova identidade teuto-brasileira, seja pelos próprios imigrantes que se aculturaram de forma heterogênea e diversa na sociedade brasileira, nem sempre concordando com a política germanista. Apesar de influenciar os discursos sobre os imigrantes, a política germanista nem sempre atingiu a vida deles. Analisando essa tensão entre discursos globais e a situação local, combinei a abordagem da história global, muito influente nas últimas duas décadas nos Estados Unidos e na Alemanha (CONRAD, 2016), com a micro-história para evitar privilegiar os discursos globais ou a região.

Da mesma maneira que a virada do século constituiu um momento global para o debate sobre migração, também hoje, na virada do milênio, a crise dos refugiados constitui um momento de compactação histórica em que se fala muito sobre migrações. O conflito entre os Estados Unidos e o México sobre o muro ou o isolamento da Austrália ilustram que os debates não se limitam à Europa. Pretendo mostrar que os debates de hoje funcionam de forma muito semelhante se comparados aos debates brasileiros que analisei no meu livro, algo que Sérgio Costa já constatou em relação aos debates sobre a imigração e identidade nacional em ambos os países (COSTA, 2008).

Para evidenciar isto, vou utilizar o conceito de regimes de migração. O regime de migração é um conceito elaborado pelo *Institut für Migrationsforschung und interkulturelle Studien* (IMIS) – Instituto para Pesquisa de Migração e Estudos Interculturais, em Osnabrück, na Alemanha. É um instrumento de análise para estudar, segundo Jochen Oltmer, um dos diretores do IMIS, “esforços de controle, de gestão e de regulamento por diferentes atores institucionais” os quais associam certas ideias e objetivos políticos com a migração (OLTMER, 2012, p. 15).<sup>3</sup> Oltmer distingue regimes de fronteira, que tentam promover, impedir ou regular a migração, de regimes de recepção ou inclusão, os quais pretendem controlar e dirigir o comportamento de imigrantes e decidir sobre a inclusão ou exclusão de certos grupos migratórios nos projetos nacionais (OLTMER, 2009, p. 13-19). Os atores que estabelecem e impõem regimes de migração não são necessariamente só atores estatais, mesmo que a política migratória oficial seja sempre de grande importância. Mas, também, o debate público e os atores não governamentais são capazes de colocar em funcio-

<sup>3</sup> Todas as traduções são do autor.

namento regimes de migração, influenciando, desta maneira, percepções de migrantes e seu comportamento. Na história, regimes de migração tiveram, muitas vezes, um papel importante para o Estado-nação, e discutiam como lidar com imigrantes e como perceber a relação deles com a nação (FOOTE; GOEBEL, 2014).

Pretendo esboçar como diferentes regimes de migração nacionalistas concorreram no Rio Grande do Sul e criaram um constante processo de negociação, algo que acontece no momento também na Alemanha. No sul do Brasil, basicamente três regimes de migração tentaram influenciar o comportamento dos imigrantes alemães: o alemão, o brasileiro e o teuto-brasileiro. Aliás, a maioria dos imigrantes, ou seja, a população camponesa, não participou ativamente desse debate e foi vista como problema, já que não correspondia aos ideais nacionalistas. Ao mesmo tempo, também, não podemos falar de um grupo homogêneo de imigrantes, mas de vários grupos, segmentados pela divisão entre imigrantes urbanos e camponeses, por ideias políticas, religião, classe, origem e nível de aculturação.

### 2 O BRASIL: O REGIME DE MIGRAÇÃO ALEMÃO

O primeiro regime de migração no Brasil foi o alemão, que se refere ao primeiro regime de recepção. Foi organizado desde os anos sessenta do século XIX, principalmente por associações e indivíduos interessados pela causa, e dedicou-se à homogeneização dos alemães como grupo étnico, preservando e, sobretudo, criando a ‘germanidade’ dos imigrantes. Essa caracterização tem a ver com a origem desse regime no contexto do nacionalismo liberal alemão e do colonialismo, que faziam parte de um desenvolvimento global em meados do século XIX (FENSKE, 1978; FITZPATRICK, 2008). Ao contrário de outros países europeus, não existiam colônias alemãs, nem um Estado alemão. Por isso, intelectuais definiram a nação alemã como comunidade por descendência, ou seja, como ‘povo’ que se definia pela língua, cultura e origem comuns, isto é, pela ‘germanidade’ (ECHTERNKAMP, 1998; JANSEN, 2011; JUDSON, 2011). Os emigrantes foram vistos como parte da nação e foram considerados ‘alemães no exterior’ – no mundo inteiro (WEIDENFELLER, 1976, p. 37; NARANCH, 2005). O objetivo dos partidários do colonialismo foi obter influência política e econômica no mundo através dos emigrantes, como se os emigrantes fossem uma colônia substituta.

Dessa forma, formou-se uma rede de associações e de atores alemães que apoiou os emigrantes, demonstrando interesse pela política colonialista, tal como po-

demos encontrar na Sociedade Evangélica que se encontrava enraizada na missão protestante e começou a enviar pastores ao sul do Brasil e ao Chile para atender os emigrantes religiosa e pedagogicamente, bem como para preservar a ‘germanidade’ (BADE, 1975; WACHHOLZ, 2003). No Império Alemão, que chegou a adquirir possessões coloniais na África e na Ásia, surgiram novas associações, tais como a *Associação Central para a Geografia Mercantil*, que se interessou pela emigração por razões comerciais, a *Associação Colonialista Alemã*, que operou uma agência de informações para emigrantes, e a influente *Associação para a Germanidade no Exterior* (VDA), que apoiou escolas de fala alemã no estrangeiro. Estas sociedades contaram, principalmente, com a participação da burguesia letrada (WEIDENFELLER, 1976; SENGER; ETTERLIN, 1991; KLOOSTERHUIS, 1994; MANZ, 2014).

As associações atuaram no mundo inteiro, fazendo-se presentes na maioria dos países latino-americanos, no Leste e Sudeste da Europa (Siebenbürgen/Transilvânia), nos Estados Unidos, na Austrália, nas colônias da África e nas comunidades alemãs das grandes cidades asiáticas e africanas. Mantiveram contatos com as elites de imigrantes locais, as quais se identificavam, basicamente, com questões germanistas. No sul do Brasil, apoiaram escolas e comunidades eclesiais, sempre com a ideia de conservar a ‘germanidade’. Desde a virada do século, a Igreja Territorial da Prússia dedicou-se cada vez mais aos emigrantes no Brasil, por meio de recursos e funcionários, e permitiu que comunidades no exterior se afiliassem a ela (DREHER, 1978; PRIEN, 1989). Também os católicos atuaram entre os emigrantes, primeiro os jesuítas alemães, que fundaram escolas e comunidades, e mais tarde a Caritas alemã e outras associações.

Depois da Primeira Guerra Mundial, as atividades para a conservação da ‘germanidade’ continuaram, ainda que a Alemanha já não fosse uma potência colonialista (RINKE, 1996). Agora, também na Europa moravam alemães fora do Estado, dado que a Alemanha havia perdido territórios em virtude da guerra. Isto aumentou o interesse do público na chamada ‘germanidade no exterior’. O Instituto Alemão do Exterior (*Deutsches Ausland-Institut*), em Stuttgart, foi um dos novos atores e recolheu informações sobre alemães no globo (RITTER, 1976). Sobre esse debate na República de Weimar, os nazistas puderam construir a sua ideologia, a partir de 1933 (LUTHER, 2004).

Embora o tamanho e os participantes do germanismo no sul do Brasil tenham mudado constantemente durante quase um século, e embora o germanismo tenha sido um empreendimento político bastante hetero-

gêneo e não simplesmente pangermânico, o objetivo desse regime de migração não sofreu grandes mudanças: os emigrantes foram considerados ‘alemães’ e deveriam permanecer ‘alemães’, por meio de escolas, igrejas, associações locais e imprensa. Foi, por um lado, um regime de fronteira que lutou pela emigração para o Brasil. A ideia de que alemães foram eficazes em colonizar o Brasil tem a sua origem no pensamento colonialista, e esse pensamento apareceu parcialmente nos textos escritos por integrantes do regime de migração. Incluía a concepção dicotômica entre uma autoimagem positiva e uma percepção pejorativa do outro, neste caso o brasileiro, e a visão de uma missão cultural própria.

Neste contexto, a emigração foi considerada como uma perda para a nação. Foi necessário um desvio da mesma para locais onde os emigrantes poderiam preservar sua ‘germanidade’ e ficar em contato com a pátria. O sul do Brasil foi considerado, já desde os anos sessenta, como a região mais adequada para a colonização alemã (AVÉ-LALLEMANT, 1859; EPP, 1864; CONRAD, 2006, p. 229-278). Os ativistas colonialistas afirmavam que os ‘alemães’ no Brasil eram supostamente isolados e poderiam preservar, assim, a sua cultura. Outras vantagens da região eram, segundo os colonialistas, o clima, o espaço presumivelmente vazio e as boas terras, tornando possível uma missão cultural alemã. Textos semelhantes foram publicados sobre o sul do Chile e sobre o Río de La Plata.

O regime não teve grande sucesso ao buscar aumentar a emigração ao Brasil, pois a maioria dos emigrantes dirigiu-se aos Estados Unidos. Mais importante se tornou seu papel como regime de recepção que tinha o propósito de determinar o comportamento dos imigrantes no Brasil. Eles deveriam permanecer alemães, e o regime, também, determinou o que esta noção abrangia. Os emigrantes deveriam estar conscientes da sua descendência alemã, sentir-se ligados ao povo alemão, continuar a falar a língua alemã, valorizar tradições alemãs, ter uma vida familiar alemã com certos valores éticos e morais, afirmar-se politicamente ao Estado Alemão, interessar-se por outros grupos de ‘alemães no exterior’, ficar em contato com partidários do germanismo na Alemanha e, finalmente, não se abraçar culturalmente ou até se misturar biologicamente com brasileiros.

Esta visão não se limitou somente ao Brasil, como mostram as seguintes citações sobre o papel do germanismo. No Brasil, as escolas tinham a tarefa de “guardar e manter o espírito e o caráter alemães, os costumes e as tradições alemães, a arte e a ciência alemãs” (BREITENBACH, 1883, p. 202), bem como, por exemplo, no Paraguai: “Nas escolas alemãs, o sentimento de pertença

à pátria alemã é implantado todos os dias nas corações das crianças” (MEYER, 1937, p. 40). Outro relatório, de 1928, da ex-colônia do Sudoeste Africano Alemão, declarou importante a vida familiar, como demonstravam textos semelhantes do Brasil: “A vida familiar, a educação dos filhos são as tarefas principais para a germanidade – são da responsabilidade da mulher” (SCHRÖDER, 1928, p. 4). Isto era a teoria.

Mas, na realidade, os germanistas logo enfrentaram dificuldades no Brasil – as suas ideias mostraram-se utópicas. Eles perceberam, já desde o início, a heterogeneidade e a aculturação dos imigrantes, e os declararam “abrasileirados, isto é: alemães corrompidos”, e como problema (DEDEKE, 1898, p. 35). Por isso, a atuação dos germanistas tinha como objetivo não apenas preservar a ‘germanidade’, mas, de fato, criá-la. O *Deutsches Volksblatt* escreveu, em 1904, sobre a “obrigação de cada um em permanecer fiel à sua etnicidade” (DEUTSCHES VOLKSBLATT, 1904, p. 1), e o *Kalender für die Deutschen in Brasilien* constatou, em 1924: “Não temos vergonha do nosso sangue alemão, mas orgulhosamente devemos e queremos manter a nossa germanidade, conservar fiel e duramente o nosso caráter alemão em que se enraíza exclusivamente a nossa força, como fazem os bálticos, os alemães do Volga e os saxões transilvanos” (KALENDER..., 1924a, p. 46). (Refere-se a emigrantes alemães na Europa.) Alguns desses apelos foram escritos originalmente nos Estados Unidos e circularam depois, também, no Brasil.

Tal aspecto incluía, também, normas para a população camponesa sobre modos de vida morais e religiosos. As mulheres, como donas de casa, deveriam ser subordinadas aos homens. Alcool e dança foram vistos como perigos imorais – considerando a quantidade dos textos sobre o assunto, eram práticas bem comuns nas picadas. Também se encontraram textos que condenavam a sexualidade livre e a masturbação. Esse disciplinamento social foi feito, também, através dos famosos almanaques que imprimiam poesia dialetal e catecismos (GRÜTZMANN, 2004). Segundo os germanistas, a imprensa tinha basicamente uma “missão educativa especial” para os imigrantes (KAHLE, 1937, p. 39).

Apelos para falar alemão eram publicados frequentemente pela imprensa de língua alemã: “Por isso, em casa, na família e junto com membros tribais alemães: só alemão!” (KALENDER..., 1924a, p. 41). Dado que muitas crianças frequentavam irregularmente a escola, publicavam-se chamadas aos pais para que assegurassem a frequência escolar regular. Mesmo a atuação eclesiástica faziam parte do regime e foi, por isso, referida muitas vezes como “igreja de missão”, cujo

papel era influenciar o comportamento dos imigrantes (DEDEKIND, 1924, p. 41). Por fim, o cônsul alemão em Porto Alegre, Felix von Stein, exigiu, em 1915, que a igreja, a escola e a imprensa equilibrassem “os componentes heterogêneos”. “Apenas depois segue, como última etapa, a remodelação da inteira germanidade nova e antiga numa única grande e uniforme entidade” (STEIN, 1915, p. 9).

Enfim, o regime de migração alemão apresentava um resultado misto. É verdade que exerceu certa influência sobre os colonos através de igrejas e escolas, mas os inúmeros textos que mencionavam processos de aculturação e tentavam disciplinar os colonos evidenciam que muitos imigrantes não cumpriam os apelos da Alemanha, mas seguiam caminhos individuais de migração. Além disso, ocorreram conflitos entre germanistas e colonos sobre o disciplinamento social. São documentados casos que envolveram pastores protestantes. Por isso, nós historiadores temos que prestar atenção. Os discursos germanistas não representam, necessariamente, uma realidade histórica, pois o regime de migração nem sempre conseguiu alcançar o que queria.

### 3 O BRASIL: O REGIME DE MIGRAÇÃO BRASILEIRO

O regime de migração brasileiro foi o primeiro regime de fronteira no Brasil, pois atraiu imigrantes alemães desde os anos vinte do século XIX. Como regime de recepção, surgiu como resposta ao regime alemão. O seu objetivo foi criar ‘brasileiros’, criticando a atuação alemã em favor da conservação da ‘germanidade’. No início, esse regime apresentou-se, também, como não governamental, e expressou-se, antes de tudo, no debate público. A partir de 1917, o Estado brasileiro começou a regular a integração dos imigrantes por meio de medidas de nacionalização (GONZÁLEZ MARTÍNEZ, 2003).

Desde a abertura do país para a imigração europeia em 1818, políticos, intelectuais e jornalistas discutiram sobre a sua finalidade. No Império, a imigração camponesa da Europa foi considerada desejável porque procurava substituir o sistema escravista por mão de obra livre europeia, além de fortalecer a posição geopolítica do Brasil no sul do país, que ainda se encontrava pouco povoado (SEYFERTH, 2002). Além disso, intelectuais brasileiros assumiram discursos racistas e positivistas de progresso da Europa e pretenderam tornar o Brasil mais europeu. Foi exatamente com a imigração vinda da Europa Central e do Norte, onde se situa a imigração alemã, que os intelectuais quiseram ‘civilizar’ e ‘branquear’ a nação. Discussões similares houve, ao mesmo tempo, em outros países imigratórios, tais como nos Esta-

dos Unidos ou na Argentina, onde, também, diferenciou-se a imigração desejável e indesejável. Na Argentina, Sarmiento e Alberdi promoveram vigorosamente a civilização do seu país por meio da imigração europeia. Ao contrário disso, a imigração da Ásia foi vista como problema e foi proibida, nos Estados Unidos, pelo *Chinese Exclusion Act*, em 1882. Debates semelhantes ocorreram no Brasil, mas não impediram a imigração japonesa no início do século XX (SCHULZE, 2014).

Ainda no século XIX, políticos e sociedades de imigração brasileiros solicitavam constantemente o recrutamento de imigrantes alemães, afirmando, como atesta a declaração do Ministro de Agricultura João Cardoso de Menezes e Sousa, em 1875, “que o alemão é o colono por excellencia e que dos paizes habitados pela variedade teutonica é que nos ha de vir o éxodo fecundador” (MENEZES; SOUSA, 1875, p. 405). Em estreita relação às ideias dos germanistas, sublinhavam a laboriosidade dos alemães. “Qualidades excepcionais de trabalho, de disciplina, e de inteligência distinguem êsse ramo, que é o mais forte dentre todas as correntes imigrantistas do Estado”, escreveu, ainda em 1934, o político Aurélio Porto no seu livro *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul* (PORTO, 1934, p. 264).

Por causa dessa percepção positiva da imigração europeia no século XIX, diversas instituições estatais promoveram e organizaram a imigração. Além disso, houve projetos de colonização privados. Todos esses esforços tinham o objetivo de trazer colonos para o Brasil. Esse regime de fronteira, embora tenha tido a mesma finalidade mostrada pelo regime alemão, teve pouco êxito. Ao contrário: por causa das experiências negativas com o sistema da parceria em São Paulo, a Prússia interditou o recrutamento de imigrantes para o Brasil, entre 1859 e 1895.

Com a proclamação da República, em 1889, o regime de recepção brasileiro se tornou cada vez mais influente, reforçando a crítica à suposta ausência de assimilação dos alemães. Tendo em vista que a imigração foi concebida para promover a valorização da nação, era necessário, nessa lógica, que os imigrantes abandonassem a sua cultura e se assimilassem ao Brasil, de preferência, também, biologicamente – a ideia central da ideologia do branqueamento. Imigrantes alemães foram, então, criticados porque foi exatamente isso que o regime de migração alemão se recusava a aceitar: a assimilação na sociedade brasileira. Da mesma forma, outros grupos causaram polêmicas, como, por exemplo, italianos e japoneses (DEZEM, 2005).

A crítica à falta de assimilação aumentou nos anos trinta do século XX, diante da influência produzida pe-

los estudos de sociologia migratória da *Chicago School of Sociology*, uma escola que pesquisou cientificamente a assimilação e a declarou como o caminho ideal para a imigração. Por outro lado, o governo nacionalista-autoritário de Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930, atuando pelo reforço da nação. A imigração fazia parte desse programa, e em 1938, foi fundado o Conselho de Imigração e Colonização para pesquisar a imigração e apresentar propostas legislativas a fim de regulá-la (SEYFERTH, 1999). Membros do Conselho criticaram os alemães pela sua fraca assimilação:

Existem, no Brasil, vários núcleos de elevada concentração de elementos alienígenas, de etnias diversas da brasileira [...]. Esses núcleos, verdadeiros quistos raciais, psicológicos, linguísticos, culturais e sociais, na mais alta expressão deste último termo, incluindo portanto peculiaridades econômicas, morais e até políticas, são, em grau maior ou menor, resistentes à assimilação ao meio nacional (LIMA CÂMARA; HEHL NEIVA, 1941, p. 96).

A crítica não se limitou à assimilação. Já na virada do século, desencadeou-se um debate público sobre o germanismo, afirmando que ele poderia ser um perigo para o Brasil. O ‘perigo alemão’ foi um slogan que uma parte da imprensa e da *intelligentzia* brasileiras usou para presumir uma expansão do Império alemão no sul do Brasil. Tais acusações tinham a sua origem no contexto imperialista, pois foram inventadas por rivais da Alemanha, como os Estados Unidos. No Brasil, o texto mais famoso desse debate foi ‘O allemanismo no sul do Brasil’, publicado em 1906 por Sílvio Romero. Romero criticou expressivamente a política germanista e citou questionáveis publicações alemãs que exerciam influência política da Alemanha no Brasil (ROMERO, 1910).

Durante a Primeira Guerra Mundial, o debate sobre o ‘perigo alemão’ culminou quando muitos brasileiros de fala alemã tomaram o partido dos Impérios Centrais, enquanto a maioria dos brasileiros optou pelos Aliados. Quando submarinos alemães torpedearam navios brasileiros, houve manifestações e tumultos contra lojas e clubes com nome alemão. Com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, o governo implementou, pela primeira vez, medidas de disciplinamento contra imigrantes alemães, e proibiu imprensa, escolas e missas em língua alemã. Temporariamente, a política germanista chegou ao fim, e o regime de recepção brasileiro passou a dominar (LUEBKE, 1987).

Também na Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil entrou na guerra contra Alemanha, circulavam textos que alertavam para a existência de supostas atividades conspiratórias alemãs no Brasil (PY, 1942). Além de

espionagem, expressou-se o medo de uma ‘quinta coluna’, ou seja, imigrantes como inimigos em seu interior.

Tais alegações sustentaram as rigorosas medidas de nacionalização aplicadas aos imigrantes sob o governo de Vargas. Antes de tudo, foi o Conselho de Imigração e Colonização que sugeriu medidas estatais de assimilação, tais como um regime de colonização misto, uma política escolar e o fim de atividades estrangeiras como a política germanista. Introduziram-se cotas de imigração, e regulou-se a nacionalização das escolas, proibindo o uso de línguas estrangeiras e fechando, finalmente, as escolas de fala alemã. Em 1941, o uso público de línguas estrangeiras e a imprensa de língua estrangeira foram totalmente proibidos. O regime de migração brasileiro prevaleceu definitivamente contra o regime alemão.

Depois de o regime de migração alemão poder ter agido quase sem impedimentos, especialmente no século XIX e no período entreguerras, o regime de migração brasileiro surgiu durante a Primeira Guerra Mundial e ganhou, nos anos trinta, tanta influência que foi capaz de impor as suas ideias por meio de medidas coercivas. O regime não estatal alemão não tinha poder de impedir isso. O Brasil conseguiu estabelecer um regime que se ligou ideológica e intitucionalmente a modelos modernos da época, como o dos Estados Unidos.

#### 4 O BRASIL: O REGIME DE MIGRAÇÃO ‘TEUTO-BRASILEIRO’

Mesmo assim, no contexto local, surgiu um terceiro regime de migração, uma vez que ambos os regimes nacionalistas percebiam os imigrantes, de maneira homogênea, como deficitários e implementaram medidas de disciplinamento social. Por isso, as elites dos imigrantes desenvolveram um contramodelo para unir, sob o lema ‘teuto-brasileiro’, os dois regimes e atender as exigências dos dois lados (SEYFERTH, 1981; GANS, 2004; SILVA, 2006).

O fato de que as elites eram politicamente e religiosamente fragmentadas não as impediu de inventar, desde os anos oitenta do século XIX, a ideia de uma identidade ‘teuto-brasileira’, através da imprensa de fala alemã local e do associativismo. A ideia de uma identidade hifenizada foi criada já antes nos Estados Unidos, e é um fenômeno que se observa em muitos países de imigração e com vários grupos étnicos (LESSER, 1999).

A burguesia ‘teuto-brasileira’ postulou que era possível satisfazer ambos os regimes de migração: ser um bom cidadão brasileiro e preservar a ‘germanidade’. As elites exigiram, cito Franz Metzler, o “compromisso quanto à teuto-brasilidade no sentido de lar e de pátria e também quanto à germanidade no sentido de pátria ét-

nica, de povo e de caráter étnico” (METZLER, 1935, p. 7). Os ‘teuto-brasileiros’ compreendiam-se como ‘brasileiros’ e afirmavam: “Provavelmente não há melhores patriotas brasileiros” (DEUTSCHE ZEITUNG, 6/61893, p. 1).

Argumentavam com a própria ‘germanidade’, pois somente com as qualidades alemãs, ou seja, com a suposta capacidade de colonizar e de cumprir uma missão cultural, os imigrantes eram capazes de contribuir de forma valiosa à nação brasileira, no sentido de civilizar e elevar: “Apenas como alemães, em língua, costume e mente, os nossos colonos podem cumprir a sua profissão como teuto-brasileiros” (KOSERITZ’..., 7/3/1891, p. 1). Esta finalidade – ser um bom cidadão brasileiro e preservar a ‘germanidade’ – era o objetivo do regime de migração que as elites tentaram instalar para influenciar os colonos e os demais regimes de migração. Foi na verdade uma hibridização desses regimes.

Basicamente através da sua imprensa local, as elites ‘teuto-brasileiras’ tentaram disciplinar a população camponesa, exigindo a preservação da ‘germanidade’ e o cumprimento dos deveres como cidadãos brasileiros. Depois de os cidadãos naturalizados terem recebido quase os mesmos direitos como os nativos, nos anos oitenta de século XIX, alguns porta-vozes, tal como o político Carl von Koseritz, convidaram os imigrantes alemães para optar pela cidadania brasileira e “amar [o Brasil] como a sua verdadeira pátria” (KOSERITZ, 1881, p. 22). Segundo os teutos, os imigrantes também deveriam aprender a língua portuguesa para o “cumprimento dos seus deveres cívicos” (DEUTSCHES VOLKSBLATT, 31/7/1940, p. 2).

As elites tentaram, por práticas performativas, enraizar a sua visão sobre imigração. O centenário da imigração alemã, em 25 de julho de 1924, que comemorou a primeira chegada de alemães ao Brasil, em São Leopoldo, tornou-se crucial neste empreendimento. Para esta ocasião, as associações e clubes locais organizaram celebrações, inauguraram monumentos e publicaram um grande livro comemorativo (VERBAND DEUTSCHER VEREINE, 1924). Tudo isso tinha como finalidade enfatizar “a colaboração dos alemães na formação do Estado” (DEUTSCHE..., 1924b, p. 77). Nos anos seguintes, o 25 de julho tornou-se um dia de festa e, finalmente, um feriado para comemorar a atuação dos imigrantes alemães – e, atualmente, de todos os imigrantes.

Sem esquecer que as elites dos imigrantes estiveram em permanente contato com os adeptos alemães do germanismo, a ideia do ‘teuto-brasileiro’, enfim, entrou nos discursos sobre a ‘germanidade’. Textos escritos no Brasil circulavam na Alemanha, e muitos ‘teuto-

brasileiros’ e partidários colonialistas com experiências de viagem no Brasil, como a poetisa Maria Kahle, foram membros das associações germanistas e influenciaram o debate público sobre a emigração na Alemanha. A ideia do alemão hifenizado se tornou uma ideia hegemônica no contexto global, tanto que o Presidente Paul von Hindenburg, nos anos trinta, cunhou o lema dos ‘alemães no exterior’: “Amor pela nova pátria – lealdade à antiga pátria” (FUNCKE, 1934, p. 2).

Membros da elite ‘teuto-brasileira’ tentaram influenciar também o regime de migração brasileiro pela participação no debate público e na política. Os políticos ‘teuto-brasileiros’ no Parlamento do Rio Grande do Sul, entre outros o já mencionado Koseritz, atuaram, muitas vezes, como defensores dos interesses da população imigratória.

Embora os ‘teuto-brasileiros’ tenham procurado se juntar aos dois regimes de migração, depararam-se com ceticismo. Comentaristas da Alemanha criticavam o “estado híbrido” deles e os acusavam de não ser “nem peixe nem carne”, nem alemães verdadeiros (ZÖLLER, 1883, p. 134). O lado brasileiro expressava incompreensão pela distinção entre a ‘germanidade’ e a identificação cívica. Aos olhos dos críticos brasileiros, a preservação da ‘germanidade’ permitia concluir que os imigrantes não eram brasileiros verdadeiros. As duas objeções resultaram no fato de que o regime de migração ‘teuto-brasileiro’ se formou como regime independente, distanciando-se, com o tempo, dos outros dois regimes.

As elites ‘teuto-brasileiras’ criticavam aspectos do regime de migração alemão e rejeitavam, em geral, a participação em atividades políticas, pois se identificavam politicamente com o Brasil. Expressaram-se “contra qualquer influência do Império Alemão”, “a qual chamam paternalismo e paralisam por evasão ou resistência ativa ou passiva” (FUNCKE, 1903, p. 51). Esse ceticismo referiu-se inicialmente a fins imperialistas do Império alemão e surgiu, novamente, quando o Partido Nazista tentou infiltrar-se nas associações ‘teuto-brasileiras’ no sul do Brasil, nos anos trinta. Foram, principalmente, membros da elite que já viviam há gerações no Brasil que resistiram à influência nazista a esse associativismo (GERTZ, 1987).

A reação das elites à acusação brasileira de não se assimilar foi, também, um reflexo de delimitação. Nos seus jornais, chamaram os críticos de brasileiros nativistas. Nativismo era, segundo os ‘teuto-brasileiros’, “a aspiração pelos habitantes nativos de um país de ter mais privilégios que os irmãos adoptivos e imigrantes” (JOSEPHSON, 1906, p. 1). O nativismo foi visto, no fundo, como “germanofobia/teutofobia” (KOLONIE, 7/11/

1903, p. 1). Mas os ‘teuto-brasileiros’ não foram capazes de diminuir a crítica brasileira, e, desta maneira, a única estratégia foi a participação política para representar os seus interesses no âmbito das possibilidades institucionais, mas não chegaram a fundar um partido político para os imigrantes.

Em resumo, as elites ‘teuto-brasileiras’ não tinham a força para estabelecer um regime de migração completamente autônomo. Pelo menos, conseguiram influenciar o regime alemão e, de certa maneira, também os colonos, mas foram incapazes de se impor contra o regime brasileiro.

## 5 ALEMANHA: OS TURCOS

Parece que a história de migração segue certos padrões, pelo menos o debate atual na Alemanha lembra-me do que acabei de esboçar sobre o Brasil. Na Alemanha existe um conflito semelhante entre três regimes de migração para os imigrantes turcos. O debate sobre os refugiados, por outro lado, constitui uma gênese de regimes de migração, durante a qual a hegemonia está sendo negociada. Enquanto o regime alemão se estabelece no momento, ainda não existem regimes de refugiados ou de seus países de origem.

Como no caso brasileiro, foi necessária uma intervenção de fora, da Turquia, para iniciar o debate sobre a situação dos imigrantes de descendência turca. Depois de décadas sem falar sobre a imigração turca na Alemanha, o governo turco, do ex-primeiro-ministro e atual presidente Tayyip Erdogan, está tentando, há alguns anos, implementar um regime de migração turco, mais especificamente um regime de recepção. Em vários discursos, Erdogan apelou ao orgulho nacional dos emigrantes turcos e chamou a assimiliação “um crime contra a humanidade” (ERDOGAN, 2010). Segundo ele, os imigrantes têm que permanecer turcos, cultural, religiosa e politicamente, mas devem aprender alemão e participar da sociedade alemã para obter mais direitos cívicos. O Estado turco fundou a associação religiosa DITIB e procura influenciar os imigrantes através dos imames.

No início de 2017, ocorreu um conflito porque representantes do governo turco pretendiam fazer campanha, na Europa, em prol de um referendo constitucional na Turquia para introduzir um sistema presidencialista, pois muitos imigrantes turcos ainda possuem a cidadania turca e têm o direito de votar. Tendo em vista que o referendo significava, aos olhos dos políticos europeus, a restrição de direitos humanos e a limpeza do Estado como reação ao golpe de 2016, muitos governos europeus recusaram o referendo e a campanha eleito-

ral, pelo menos no caso de ela ser feita na Europa.

A comunidade turca na Europa é bastante heterogênea – os curdos, por exemplo, opõem-se a Erdogan – e por isso temeu-se que o conflito turco também afetasse os imigrantes na Alemanha. Nos Países Baixos, esse conflito provocou um incidente diplomático em fevereiro de 2017 (POPP, 2017): o país proibiu uma apresentação eleitoral de uma ministra turca. Quando ela ignorou a diretiva, foi declarada *persona non grata* e deportada. O governo turco reagiu com polêmicas contra a Europa e acusou-a de ser fascista e nazista, suprimindo os cidadãos turcos. Erdogan até disse que campos de concentração seriam possíveis na Europa e chegou a exigir que os turcos na Europa tivessem mais filhos para mudar a relação de forças no continente.

Este conflito, junto com a crise dos refugiados, resultou na implementação, pelo governo alemão, de um regime de migração que reclama a integração dos turcos, já que a considera fraca, assim como seu comportamento constitucional. Recusa a intervenção da Turquia e pede que os imigrantes não se identifiquem politicamente com a Turquia. Durante muito tempo, não foi oportuno exigir a integração dos turcos ou criticar problemas de integração, devido ao passado nazista da Alemanha que descreditou tudo que seja nacionalista. A ideia de uma cultura dominante alemã (*Leitkultur*) foi considerada uma posição da extrema direita. Isso está mudando agora, e problemas com a integração dos imigrantes estão sendo articulados (BRINKMANN; SAUER, 2016).

A Alemanha ainda não possui uma lei de imigração, e está se compreendendo, lentamente, que ela é um país de imigração. Este fato foi negado pelos políticos conservadores por décadas, pois os turcos chegaram, nos anos sessenta, como trabalhadores convidados, somente para permanecer um determinado tempo, voltando, posteriormente, à Turquia (HERBERT, 2017). Mas isso não aconteceu – ficaram na Alemanha. O recente regime de migração alemão está criticando problemas de integração com os turcos, mas está definindo apenas hesitantemente medidas para superá-los. Muitos comentaristas culpam o Estado pelos problemas de integração e propõem esforços no domínio da educação para integrar os turcos. Outros criticam o comportamento dos próprios imigrantes e identificam o Islã como obstáculo para a integração. Há um debate sobre o uso do véu e sua proibição em empregos públicos (BIRNBAUM, 2016).

Embora sejam categorizados como vítimas, nacionalistas ou até fundamentalistas islâmicos, os imigrantes turcos constituem, por sua vez, um grupo bem heterogêneo. Existem partidários de Erdogan tanto como críticos dele (especialmente os curdos), e os dois grupos

já organizaram manifestações na Alemanha. Existem turcos religiosos e laicos, integrados e não integrados. Existem, também, associações turcas na Alemanha que representam os interesses dos chamados ‘teuto-turcos’ (*Deuschtiirken*) – é interessante que não se fale de turco-alemães, dando assim ênfase a que ainda são turcos.

Não se sabe de que maneira a integração continuará. A televisão por satélite, a internet e os voos baratos facilitam uma relação mais forte com a Turquia se se compara ao que foi possível no caso dos alemães no Brasil, especialmente porque a televisão turca é controlada pelo Estado turco. Também existe o fato de que muitos turcos são educacionalmente desfavorecidos e moram em guetos, dificultando a sua integração e a promoção financeira e social (STATISTISCHES BUNDESAMT, 2017).

### 6 ALEMANHA: OS REFUGIADOS

Um catalisador para o debate sobre os turcos foram certamente os 1,2 milhões de refugiados e migrantes econômicos do Oriente Médio e da África que chegaram, desde 2015, à Alemanha (BUNDESAMT..., 2017, p. 9). Os refugiados – e nem todos são refugiados no sentido político ou pessoas deslocadas devido às guerras civis como na Síria e no Iraque – foram a razão para que a discussão sobre a imigração na Alemanha se radicalizasse consideravelmente, em 2016. Como no caso brasileiro, discutem-se regimes de migração. O fenômeno dos refugiados é tão novo que não existe um regime de fronteira ou de recepção para eles. Quando a crise começou, em 2015, surgiu rapidamente um regime de fronteira que recebeu os refugiados calorosamente. Os sírios refugiaram-se passando pela Turquia, pela Grécia e pelos Bálcãs e encaharam na Hungria, onde não foram bem acolhidos. Quando cada vez mais sírios chegaram a Budapeste e acamparam na estação de trem, a chanceler Angela Merkel convidou estes milhares de pessoas, em setembro de 2015, para virem à Alemanha, como medida extraordinária (BLUME et al., 2016). Normalmente, pela lei, refugiados têm que pedir ajuda ao país de entrada na União Europeia. Na Alemanha, foram recebidos freneticamente pela população, e muitos voluntários os ajudaram. Fala-se da cultura de boas-vindas (*Willkommenskultur*).

Mas pela decisão de deixar entrar os refugiados da Hungria, criou-se uma corrente de migrantes que não tinha fim. Naquele momento, quase todos os refugiados e migrantes econômicos quiseram ir à Alemanha, sobretudo porque os traficantes de seres humanos prometeram que a Alemanha ofereceria dinheiro e casas aos refugiados. Traficantes são contratados para entrar na Europa porque é ilegal entrar sem visto. Os traficantes

criminosos cobram caro e, às vezes, até matam os refugiados ou determinam a sua morte. Todos os refugiados que chegaram, desde 2015, entraram ilegalmente no país, visto que não existe o direito de imigrar para a Alemanha, nem solicitar asilo, quando se chega de um país terceiro que é considerado seguro. Desde o início de 2016, cada vez mais alemães reagiram chocados ao colapso da fronteira, pois, nos últimos meses de 2015, a polícia federal não foi capaz de controlar e registrar quem entrou no país. Logo, foram implementados controles na fronteira (normalmente não existem controles), mas somente para registrar as pessoas. Poucas foram recusadas. Pela quantidade de refugiados que tiveram que ser atendidos, os municípios chegaram ao limite organizatório. Os custos corresponderam, só em 2016, a quase 22 bilhões • (Handelsblatt, texto digital, 2017).

Em 2016, a opinião pública mudou em desfavor dos refugiados (WIEDEMANN, 2016). Alguns políticos ainda prometeram que os refugiados eram a solução para o problema demográfico da Alemanha, que é uma sociedade em processo de envelhecimento. Mas a mistura de imigração com o problema de refugiados não adiantou. A Baviera, um Estado tradicionalmente conservador, começou a criticar a política de fronteiras abertas, e a *AfD*, um partido de extrema direita que simpatiza com o movimento Pegida, lutando contra a islamização da Alemanha, polemizou fortemente contra o governo. O incidente de Colônia ainda agravou o debate. Centenas de jovens da África do Norte, a maioria refugiados, assaltaram e assediaram sexualmente 1.200 mulheres em Colônia e outras cidades alemãs durante a festa de *Reveillon* (MASCOLO; VON DER HEIDE, 2016). Os partidários da cultura de boas-vindas foram diminuindo, e a maioria passou a exigir um regime de fronteira mais rígido. Isto, também, tem relação com os vários ataques islâmicos cometidos por refugiados, e que aconteceram em 2016. O mais grave atentado, em dezembro de 2016, ocorreu em Berlim, e deixou doze pessoas mortas. A percepção dos imigrantes “como ameaça à segurança” lembra o debate sobre o ‘perigo alemão’ no Brasil (COSTA, 2008, 116).

A opinião pública se expressou em várias eleições estaduais, com derrotas da *CDU*, o partido de Angela Merkel, e assim o governo estabeleceu regimes de fronteira e de recepção. Para terminar com a corrente de refugiados, a União Europeia celebrou um tratado com a Turquia, determinando que pessoas que chegam ilegalmente deste país sejam deportadas (EUROPÄISCHER RAT, 2016). Ao mesmo tempo, a Áustria e vários países dos Bálcãs fecharam a fronteira da Macedônia com a Grécia e impediram, desta maneira, que refugia-

dos possam chegar à Europa Central. O resultado é que a maioria dos refugiados, agora, embarca na Líbia para chegar à Itália. Esta rota é muito perigosa e resulta em milhares de afogados, quase 2.000 somente no primeiro semestre de 2017 (UNHCR, 2017). Além disso, o governo alemão restringiu o direito de asilo e decretou restrições contra refugiados. Como resposta a Colônia, instalou-se um regime de recepção que inclui cursos de integração e ensino de alemão obrigatórios. Adicionalmente, o governo aprovou uma lei de integração que facilita a entrada no mercado do trabalho para os refugiados e decreta a obrigação de se integrar (BUNDESTAG..., 2016). Até agora, somente poucos refugiados trabalham, já que não contam com educação e competências linguísticas adequadas. Muitos refugiados estão com problemas psicológicos por causa das experiências de guerra e de fuga, mas, também, porque sua situação na Alemanha é complicada. As promessas dos traficantes não se realizaram.

A discussão emocional sobre os refugiados polarizou a sociedade alemã mais do que nunca. O número grande de migrantes provocou medo e xenofobia, e diminuiu a disponibilidade para a integração. O período da cultura de bem-vindo foi breve. Em 2016, houve 857 ataques da direita radical contra asilos onde os refugiados são hospedados (Anschläge auf Asylunterkünfte, texto digital, 2016). Por outro lado, os Estados de origem, muitas vezes desintegrados, ainda não têm regimes de migração. A Síria se articulou contra a fuga. Comunidades de aldeias na África levantam dinheiro para mandar os jovens para a Europa. Então, a situação nesses países também é diversa e confusa.

## 7 CONCLUSÃO

A migração é e continua sendo complexa, conflituosa e, para nós pesquisadores, fascinante. Se analisarmos debates sobre migração como parte de regimes de migração, podemos entender melhor a interação entre diferentes olhares à migração e perceber que são imaginações, medos e desejos que dominam o falar sobre migração. Os regimes de migração perguntam: o que é a nação e quem pertence a ela? Eles tentam definir, preservar ou combater identidades. A migração é, então, sempre um desafio para categorias homogêneas. Nós, historiadores, temos que nos dar o trabalho de não somente repetir os discursos dos regimes, mas de entrar no mundo complexo do cotidiano dos imigrantes.

Gostaria de concluir com algumas problematizações para uma futura pesquisa: será que a Alemanha pode aprender com as experiências brasileiras com a migração, ou são dois casos que não são comparáveis? Como regimes de migração desaparecem depois de um

determinado tempo? Ou, ainda, existem, no Brasil de hoje, certas expectativas e regras? Será que um regime de migração é necessário para regular e conduzir a imigração? Como é possível superar medos e criar uma situação imigratória que seja bem-sucedida para todos?

## REFERÊNCIAS

- 921 Anschläge auf Asylunterkünfte. **taz.de**. Berlin, 28 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.taz.de/!5370050>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Reise durch Süd-Brasilien im Jahre 1858**. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1859.
- BADE, Klaus J. **Friedrich Fabri und der Imperialismus in der Bismarckzeit: Revolution – Depression – Expansion**. Freiburg im Breisgau: Atlantis, 1975.
- BIRNBAUM, Robert. Volker Kauder heizt die Islam-Debatte wieder an. **Tagesspiegel online**. Berlin, 6 maio 2016. Disponível em: <<http://www.tagesspiegel.de/politik/muslimen-und-der-islam-in-deutschland-volker-kauder-heizt-die-islam-debatte-wieder-an/13562060.html>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- BLUME, Georg et al. Was geschah wirklich? **Zeit online**. Hamburg, 22 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.zeit.de/2016/35/grenzoeffnung-fluechtlinge-september-2015-wochenende-angela-merkel-ungarn-oesterreich/komplettansicht>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- BREITENBACH, Wilhelm. Statistisches über eine hiesige deutsche Schule. **Koseritz' Deutscher Volkskalender**, Porto Alegre, p. 179-206, 1883.
- BRINKMANN, Heinz Ulrich; SAUER, Martina (eds.). **Einwanderungsgesellschaft Deutschland: Entwicklung und Stand der Integration**. Wiesbaden: Springer, 2016.
- BUNDESAMT FÜR MIGRATION UND FLÜCHTLINGE. **Das Bundesamt in Zahlen 2016**. Asyl. Nürnberg, 2017.
- BUNDESTAG. Integrationsgesetz. **Bundesgesetzblatt**, Bonn, I, 39, 5 ago. 2016.
- CONRAD, Sebastian. **Globalisierung und Nation im Deutschen Kaiserreich**. München: Beck, 2006.
- \_\_\_\_\_. **What Is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016.
- COSTA, Sérgio. Imigração no Brasil e na Alemanha: Contextos, conceitos, convergências. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 44, n. 2, p. 105-118, 2008.
- DEDEKE, Gerhard. Als Missionsprediger durchs Gebiet der alten Jesuiten-Missionen. **Der Deutsche Ansiedler**, Barmen, v. 36, n. 5, p. 34-38, 1898.
- DEDEKIND, Max. **Brasilien, das Ziel deutscher Auswanderer und die Deutsche Evangelische Kirche in Brasilien: Zur Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung in Brasilien**. Elberfeld: Evangelische Gesellschaft für die protestantischen Deutschen in Südamerika, 1924.

- DEUTSCHE Zeitung. **Nativismus und Deutschthum**, Porto Alegre, 6 jun. 1893.
- DEUTSCHES Volksblatt. **Etwas vom Rechte und von der Pflicht auf Nationalität**, Porto Alegre, 28 abr. 1904.
- DEUTSCHE Evangelische Blätter für Brasilien. **Hundert Jahre deutsche Siedelung in Rio Grande do Sul**, São Leopoldo, v. 6, n. 7, p. 77-78, 1924b.
- DEUTSCHES Volksblatt. **Unsere Stellung zur Sprachenfrage**, Porto Alegre, 31 jul. 1940.
- DOETZER JR., J.B. **Nationalisierung**. **Deutsches Volksblatt**, Porto Alegre, 19 jan. 1938.
- DEZEM, Rogério. **Matizes do “amarelo”**: A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878–1908). São Paulo: FAPESP/Humanitas USP, 2005.
- DOHMS, Hermann. Sind völkische Minderheiten in Südamerika möglich? **Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien**, São Leopoldo, v. 8, n. 1/2, p. 7-9, 1926.
- DREHER, Martin N. **Kirche und Deutschthum in der Entwicklung der Evangelischen Kirche Lutherischen Bekenntnisses in Brasilien**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1978.
- ECHTERNKAMP, Jörg. **Der Aufstieg des deutschen Nationalismus (1770–1840)**. Frankfurt a.M.: Campus, 1998.
- EIN RIESIGES Konjunkturprogramm. **Handelsblatt**, Düsseldorf, 27 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.handelsblatt.com/politik/deutschland/fluechtlingskosten-ein-riesiges-konjunkturprogramm/19312302.html>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- EPP, F. **Rio Grande do Sul oder Neudeutschland**. Mannheim: Franz Bender, 1864.
- ERDOGAN, Tayyip. “Assimilation ist ein Verbrechen gegen die Menschlichkeit.” **Sueddeutsche.de**. München, 17 maio 2010. Disponível em: <<http://www.sueddeutsche.de/politik/erdogan-rede-in-koeln-im-wortlaut-assimilation-ist-ein-verbrechen-gegen-die-menschlichkeit-1>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- EUROPÄISCHER RAT. **Erklärung EU-Türkei**, 18. März 2016. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/de/press/press-releases/2016/03/18-eu-turkey-statement/>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- EUSTERHUS, Eva; BETZHOLZ, Dennis. “Was für einen Wert haben sie schon, wenn sie keine Muslime sind.” **Welt online**, Berlin, 22 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.welt.de/regionales/hamburg/article162302747/Was-fuer-einen-Wert-haben-sie-schon-wenn-sie-keine-Muslime-sind.html>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- FENSKE, Hans. Imperialistische Tendenzen in Deutschland vor 1866: Auswanderung, überseeische Bestrebungen, Weltmachtsträume. **Historisches Jahrbuch**, München, n. 97/98, p. 332-383, 1978.
- FITZPATRICK, Matthew P. **Liberal Imperialism in Germany: Expansionism and Nationalism 1848-1884**. New York: Berghahn, 2008.
- FOOTE, Nicola; GOEBEL, Michael (eds.). **Immigration and National Identities in Latin America**. Gainesville: University Press of Florida, 2014.
- FUNCKE, Gottlieb. Reichspräsident von Hindenburg und das Deutschthum Brasiliens. **Neue Deutsche Zeitung**, Porto Alegre, 20 jun. 1934.
- FUNKE, Alfred. Der deutsche Außenposten in Süd-Brasilien. **Das Deutschthum im Auslande**, Berlin, v. 22, n. 4, p. 50-53, 1903.
- GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850–1889)**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.
- GERTZ, René E. **O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GONZAGA, Antônio Gavião. Fatores de assimilação nacionalizadora. **Revista de Imigração e Colonização**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 649-653, 1940.
- GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda. **La inmigración esperada: La política migratoria brasileña desde João VI hasta Getúlio Vargas**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003.
- GRÜTZMANN, Imgart. O almanaque (Kalender) na imigração alemã na Argentina, no Brasil e no Chile. In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur B.; TRAMONTINI, Marcos J. (eds.). **Imigração e imprensa**. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, 15., 2004. Porto Alegre/São Leopoldo: EST Edições, 2004. p. 48-90.
- HERBERT, Ulrich. **Geschichte der Ausländerpolitik in Deutschland: Saisonarbeiter, Zwangsarbeiter, Gastarbeiter, Flüchtlinge**. München: Beck, 2017.
- JANSEN, Christian. The Formation of German Nationalism, 1740-1850. In: WALSER SMITH, Helmut (ed.). **The Oxford Handbook of Modern German History**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 234-259.
- JOSEPHSON, Constans. Zum Thema der Ablenkung deutscher Auswanderung nach Südbrasilien und dem La Plata. **Deutsche Zeitung**, Porto Alegre, 4 set. 1906.
- JUDSON, Pieter M. Nationalism in the Era of the Nation State, 1870–1945. In: WALSER SMITH, Helmut (ed.). **The Oxford Handbook of Modern German History**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 499-526.
- KAHLE, Maria. **Deutsche Heimat in Brasilien**. Berlin: Verlag Grenze und Ausland, 1937.
- KALENDER für die Deutschen in Brasilien. **Gedenke, daß du ein Deutscher bist!**, São Leopoldo, p. 39-46, 1924a.
- KLOOSTERHUIS, Jürgen. **“Friedliche Imperialisten”**: Deutsche Auslandsvereine und auswärtige Kulturpolitik, 1906-1918. Frankfurt a.M.: Peter Lang, 1994. 2 volumes.
- KOLONIE. Dr. **Parobé über das eingewanderte Element**, Santa Cruz do Sul, 7 nov. 1903.
- KOSERITZ, Carl von. **Sieg des Deutschthums in Brasilien**. **Export**, Berlin, v. 3, n. 2, p. 22, 1881.

- KOSERITZ' Deutsche Zeitung. **Unser Deutschthum**, Porto Alegre, 7 mar. 1891.
- LESSER, Jeffrey. **Negotiating National Identity: Immigrants, Minorities, and the Struggle for Ethnicity in Brazil**. Durham: Duke University Press, 1999.
- LIMA CÂMARA, Aristoteles de. A nacionalização do ensino. **Revista de Imigração e Colonização**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 236-253, 1940.
- LIMA CÂMARA, Aristoteles de; HEHL NEIVA, Arthur. Colonizações nipônica e germânica no sul do Brasil. **Revista de Imigração e Colonização**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 39-119, 1941.
- LUEBKE, Frederick C. **Germans in Brazil: A Comparative History of Cultural Conflict During World War I**. Baton Rouge/London: Louisiana State University Press, 1987.
- LUTHER, Tammo. **Volkstumspolitik des Deutschen Reiches 1933–1938: Die Auslandsdeutschen im Spannungsfeld zwischen Traditionalisten und Nationalsozialisten**. Stuttgart: Franz Steiner, 2004.
- MANZ, Stefan. **Constructing a German Diaspora: The "Greater German Empire", 1871–1914**. New York/London: Routledge, 2014.
- MASCOLO, Georg; VON DER HEIDE, Britta. 1200 Frauen wurden Opfer von Silvester-Gewalt. **Sueddeutsche.de**. München, 10 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.sueddeutsche.de/politik/uebergrieffe-in-koeln-frauen-wurden-opfer-von-silvester-gewalt-1.3072064>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- MENEZES E SOUSA, João Cardoso de. **Theses sobre colonização do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875.
- METZLER, Franz. Deutschbrasilianertum. **Deutsches Volksblatt**, Porto Alegre, v. 8, n. 5, 1935.
- MEYER, Alfred. 55 Jahre deutscher Einwanderung in Paraguay. **Der Deutsche Auswanderer**, Witzenhausen, v. 33, n. 2, p. 40-41, 1937.
- NARANCH, Bradley D. Inventing the Auslandsdeutsche. Emigration, Colonial Fantasy, and German National Identity, 1848-71. In: AMES, Eric; KLOTZ, Marcia; WILDENTHAL, Lora (eds.). **Germany's Colonial Pasts**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2005. p. 21-40.
- OLTMER, Jochen. Einführung: Europäische Migrationsverhältnisse und Migrationsregime der Neuzeit. **Geschichte und Gesellschaft**, Göttingen, v. 35, n.1, p. 5-27, 2009.
- \_\_\_\_\_. Einführung: Migrationsregime und 'Volksgemeinschaft' im nationalsozialistischen Deutschland. In: OLTMER, Jochen (ed.). **Nationalsozialistisches Migrationsregime und 'Volksgemeinschaft'**. Paderborn: Schöningh, 2012. p. 9-25.
- POPP, Maximilian. Erdogans perfekter Sturm. **Spiegel Online**, Hamburg, 12 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/politik/ausland/tuerkei-niederlande-erdogans-perfekter-sturm-a-1138396.html>> Acesso em: 4 jul. 2017.
- PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934.
- PRIEN, Hans-Jürgen. **Evangelische Kirchwerdung in Brasilien: Von den deutsch-evangelischen Einwanderergemeinden zur Evangelischen Kirche Lutherischen Bekenntnisses in Brasilien**. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus Gerd Mohn, 1989.
- PY, Aurélio da Silva. **A 5a coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.
- RINKE, Stefan. **"Der letzte freie Kontinent": Deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen, 1918-1933**. Stuttgart: Heinz, 1996. 2 volumes.
- RITTER, Ernst. **Das Deutsche Ausland-Institut in Stuttgart 1917-1945: Ein Beispiel deutscher Volkstumsarbeit zwischen den Weltkriegen**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1976.
- ROMERO, Sílvio. O Allemanismo no Sul do Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Provocações e debates**. Porto: Livraria Chardron de Lello e Irmão Editores, 1910. p. 115-169.
- SCHRÖDER, Gertrud. Frauenaufgaben in Südwestafrika. **Mitteilungen des Frauenbundes der Deutschen Kolonialgesellschaft**, Berlin, v. 1, n.1, p. 2-4, 1928.
- SCHULZE, Frederik. Nation and Migration: German-Speaking and Japanese Immigrants in Brazil, 1850-1945. In: FOOTE, Nicola; GOEBEL, Michael (eds.). **Immigration and National Identities in Latin America**. Gainesville: University Press of Florida, 2014. p. 115-138.
- \_\_\_\_\_. **Auswanderung als nationalistisches Projekt: 'Deutschtum' und Kolonialdiskurse im südlichen Brasilien (1824-1941)**. Köln/Wien: Böhlau, 2016.
- SENGER UND ETTERLIN, Stefan von. **Neu-Deutschland in Nordamerika: Massenauswanderung, nationale Gruppensiedlungen und liberale Kolonialbewegung, 1815-1860**. Baden-Baden: Nomos, 1991.
- SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí**. Florianópolis: FCC, 1981.
- \_\_\_\_\_. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (ed.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228.
- \_\_\_\_\_. Colonização e política imigratória no Brasil imperial. In: SALES, Teresa; SALLES, Maria do Rosário (eds.). **Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior**. São Carlos: EdUFSCar/Sumaré, 2002. p. 79-110.
- SILVA, Haiké Kleber da. **Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)**. São Leopoldo: Oikos, 2006.
- STATISTISCHES BUNDESAMT. **Bevölkerung und Erwerbstätigkeit: Bevölkerung mit Migrationshintergrund. Ergebnisse des Mikrozensus 2015**. Wiesbaden, 2017.
- STEIN, Felix von. Bericht des Konsuls in Porto Alegre, 29 jun. 1915. In: EVANGELISCHES Zentralarchiv Berlin, EZA 5/2220.
- UNHCR. UNHCR deeply concerned about the latest reports of deaths at sea on the Mediterranean. **UNHCR.org**. Gene-

va, 11 jun. 2017. Disponível em: <<http://data2.unhcr.org/en/news/16261>> Acesso em: 4 jul. 2017.

VERBAND DEUTSCHER VEREINE (ed.). **Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul 1824-1924**. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1924.

WACHHOLZ, Wilhelm. **“Atravessem e ajudem-nos”**: a atuação da “Sociedade Evangélica de Barmen” e de seus obreiros e obreiras enviados ao Rio Grande do Sul (1864-1899). São Leopoldo: Sinodal/EST, 2003.

WEIDENFELLER, Gerhard. **VDA, Verein für das Deutschtum im Ausland**: Allgemeiner Deutscher Schul-

verein (1881-1918): Ein Beitrag zur Geschichte des deutschen Nationalismus und Imperialismus im Kaiserreich. Frankfurt a.M.: Peter Lang, 1976.

WIEDEMANN, Johannes. Mehrheit der Deutschen hält Merkels Asylpolitik für gescheitert. **Welt online**, Berlin, 28 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.welt.de/politik/deutschland/article157356285/Mehrheit-der-Deutschen-haelt-Merkels-Asylpolitik-fuer-gescheitert.html>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

ZÖLLER, Hugo. **Die Deutschen im Brasilischen Urwald**. Berlin/Stuttgart: W. Spemann, 1883.